

**EDITORIAL – VOLUME 2, NÚMERO 1**

**Revista Debate Econômico (REDE)**

**Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)**

É com grande satisfação que apresentamos o primeiro número do segundo ano da *Revista Debate Econômico*.

O atual número da revista apresenta novamente trabalhos de pesquisadores de diferentes instituições do país, com temas de história do pensamento econômico, macroeconomia financeira, história econômica regional, economia da energia e do meio-ambiente e economia institucional.

O primeiro artigo da revista, de Rafael Galvão de Almeida, examina a história dos modelos de ciclos econômicos que auxiliaram no desenvolvimento da econometria entre 1875 e 1936. Por meio da metodologia de análise histórica proposta por Morgan, o autor analisa como os modelos de ciclo econômico antigos criaram possibilidades para a aplicação da estatística e matemática a problemas econômicos. O autor conclui que os modelos primordiais de Jevons, Moore, Mitchell, Frisch, e Tinbergen foram fundamentais na formação da econometria por utilizarem a estatística aplicada e a matemática, contribuindo com o desenvolvimento da teoria econômica.

Na área de macroeconomia financeira, o artigo de Bernardo Pádua Jardim de Miranda mostra como a financeirização modificou o regime macroeconômico, com o objetivo de explicar como essa financeirização da economia brasileira afetou a gestão das empresas não-financeiras. Ademais, o autor ressalta como esse processo favoreceu a distribuição da riqueza em favor dos acionistas em detrimento dos trabalhadores e ampliou a fragilidade e a instabilidade destas empresas no período de 1995 e 2008.

O argumento do autor é que as economias passaram de um regime de endividamento para um regime de fundos próprios no financiamento do investimento produtivo, no qual a mudança na gestão das empresas em favor da criação de riqueza para o acionista transferiu o risco dos investidores aos trabalhadores. Tal processo provocou um crescimento mais lento do capital produtivo, o que comprometeu o desempenho de longo prazo das empresas e o crescimento econômico do país.

O terceiro artigo da revista, de autoria de Alexandre Macchione Saes e Fábio Francisco de Almeida Castilho, traz uma contribuição à história econômica regional do

Sul de Minas, ao estudar a economia do café em São Sebastião do Paraíso e região entre 1902 e 1920.

Os autores relatam que a região do Sul de Minas no início do século XX apresenta a inter-relação de uma diversificada produção de alimentos com o avanço cafeeiro, formando um cenário marcado pela diversidade. Entretanto, a década de 1920 consolida um novo padrão de atividade econômica no Sul de Minas. Após mais de uma geração da introdução e disseminação da agricultura cafeeira na região, algumas cidades passaram a se identificar e demonstrar sua vocação como municípios fundamentalmente cafeeiros. Os autores mostram como o caso de São Sebastião do Paraíso indica esse processo de redução de culturas heterogêneas para uma paisagem agrária dominada pela cafeicultura nas primeiras décadas do século XX.

Nas áreas de economia da energia e do meio ambiente, o artigo de Carina Teixeira da Costa Machado e Ronaldo Perez apresenta uma análise do mercado brasileiro de biodiesel através das perspectivas dos leilões públicos. Segundo os autores, o biodiesel foi inserido na matriz energética brasileira por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Nesse contexto, o mercado de biodiesel possui caráter social instituído pelo Selo Combustível Social, concedido às empresas que adquirem parcela de sua matéria prima de agricultores familiares. Os autores verificaram que a aquisição de matérias primas da agricultura familiar foi crescente (26,2% em 2010) e que as mudanças nos mecanismos de leilão não interferem no preço médio de comercialização do biodiesel.

Os autores ainda compararam as formas de comercialização deste biocombustível em países da Europa, nos Estados Unidos e na Argentina, concluindo que na maioria dos países a comercialização ocorre de forma direta entre os produtores e os postos de abastecimento, sem a intervenção do governo e há grande concentração de empresas produtoras. Os autores indicam que os modelos italiano e argentino para o setor, onde há forte influência do governo quanto aos incentivos fiscais e controle da comercialização, são os que mais se assemelham ao do Brasil.

O artigo de Ana Luísa de Souza Soares e Leonardo Xavier da Silva contribui para o estudo interdisciplinar de hábitos de pensamento, ontologia do tempo e institucionalismo evolucionário. O estudo apresenta um exame da concepção de hábito de pensamento e ação de Thorstein Veblen, através da ontologia do tempo do filósofo

francês Henri Bergson, tentando identificar a adequação e pertinência do conceito de hábitos de pensamento e ação na construção de uma abordagem institucional em processo dinâmico e evolutivo. Os autores identificam que tais conceitos e seus desdobramentos são úteis frente à crise paradigmática que exige tanto a compreensão de elementos multicausais na explicação de fenômenos de natureza complexa quanto no tratamento das mudanças dos processos socioeconômicos ao longo do tempo histórico segundo a abordagem institucionalista.

Por fim, Thiago Fontelas Rosado Gambi resenha e compara as obras de Julio Aróstegui (2006) e Josep Fontana (1998) destacando que as duas obras pretendem oferecer alternativas ao paradigma pós-moderno na abordagem da história, mas Aróstegui defende um projeto disciplinar, enquanto que Fontana é favorável a um projeto social.

A equipe editorial da revista agradece a contribuição e ajuda preciosa de todos os colaboradores, avaliadores e membros do conselho editorial.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Varginha, setembro de 2014

*Equipe Editorial*